

Bases Legais do Tratamento de Dados Pessoais (Arts. 7º a 11 da LGPD)

Introdução

As **bases legais** representam um dos pilares da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Elas estabelecem as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido, garantindo que nenhuma organização trate informações pessoais de forma arbitrária.

Os artigos **7º a 11** da Lei nº 13.709/2018 definem as bases legais para o tratamento de **dados pessoais** e de **dados pessoais sensíveis**. Trata-se de um dos temas mais cobrados em concursos públicos, especialmente em provas voltadas à **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**, por exigir do candidato a correta identificação da hipótese jurídica que autoriza determinado tratamento.

O que é uma Base Legal?

A base legal é a **justificativa prevista em lei que autoriza o tratamento de dados pessoais**.

Sem uma base legal válida, o tratamento é considerado ilícito, ainda que os dados tenham sido obtidos de forma legítima.

“ **Regra de ouro da LGPD:** todo tratamento de dados pessoais deve estar fundamentado em pelo menos uma base legal.

Diferença entre Base Legal e Consentimento

Um dos erros mais comuns é acreditar que o consentimento é sempre necessário.

Não é.

O consentimento é **apenas uma das bases legais** previstas na LGPD.

Na prática, grande parte dos tratamentos ocorre com fundamento em outras bases legais, como obrigação legal, execução de contrato ou legítimo interesse.

Bases Legais para Dados Pessoais (Art. 7º)

O artigo 7º apresenta **10 bases legais** para o tratamento de dados pessoais.

1. Consentimento

O titular autoriza livremente o tratamento de seus dados.

Características

- livre;
- informado;
- inequívoco;
- para finalidade determinada.

Exemplo

Uma loja virtual solicita autorização para enviar ofertas promocionais por e-mail.

O cliente aceita voluntariamente.

2. Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória

O tratamento ocorre porque uma lei exige.

Exemplos

- emissão de nota fiscal;
- envio de informações à Receita Federal;
- registros trabalhistas;
- obrigações previdenciárias.

Não é necessário solicitar consentimento.

3. Pela Administração Pública

Quando necessário para execução de políticas públicas previstas em leis, regulamentos ou contratos.

Exemplo

Cadastro Único.

Sistema Único de Saúde.

Programas sociais.

4. Realização de Estudos por Órgãos de Pesquisa

Permitido sempre que possível mediante anonimização.

Exemplo

Universidade realiza pesquisa estatística utilizando dados anonimizados.

5. Execução de Contrato

Quando o tratamento é necessário para cumprir um contrato.

Exemplos

- entrega de produtos;
 - abertura de conta bancária;
 - prestação de serviços.
-

6. Exercício Regular de Direitos

Utilizado em:

- processos judiciais;
- processos administrativos;
- arbitragens.

Exemplo

Uma empresa apresenta documentos contendo dados pessoais durante uma ação judicial.

7. Proteção da Vida ou da Incolumidade Física

Visa proteger a vida do titular ou de terceiros.

Exemplo

Hospital consulta prontuário médico durante atendimento de emergência.

8. Tutela da Saúde

Aplicável exclusivamente por:

- profissionais de saúde;
- serviços de saúde;
- autoridades sanitárias.

Exemplo

Hospital compartilha exames com outro hospital para continuidade do tratamento.

9. Legítimo Interesse

Talvez seja a base legal mais difícil da LGPD.

Permite o tratamento quando houver interesse legítimo do controlador, desde que:

- respeite os direitos do titular;
- seja necessário;
- exista expectativa legítima do titular;
- não prevaleçam direitos fundamentais do titular.

Exemplos

- prevenção a fraudes;
- segurança patrimonial;
- melhoria de serviços;
- relacionamento com clientes.

Nem todo interesse da empresa é legítimo.

10. Proteção do Crédito

Autoriza tratamento para:

- análise de crédito;
- prevenção à inadimplência;
- consultas em cadastros restritivos.

Exemplos

- Serasa;
- SPC;
- bancos.

Esquema para Memorizar

Base Legal	Palavra-chave
Consentimento	Autorização
Obrigação Legal	Lei
Políticas Públicas	Governo
Pesquisa	Estudos
Contrato	Execução
Direitos	Processo
Vida	Emergência
Saúde	Atendimento
Legítimo Interesse	Interesse Justificado
Crédito	Análise Financeira

Bases Legais para Dados Sensíveis (Art. 11)

Dados sensíveis possuem proteção reforçada.

As hipóteses de tratamento são mais restritas.

Consentimento específico e destacado

A principal hipótese.

O consentimento deve mencionar expressamente os dados sensíveis.

Cumprimento de obrigação legal

Exemplo:

Registro médico obrigatório.

Políticas Públicas

Programas públicos de saúde.

Estudos

Pesquisa científica.

Sempre que possível mediante anonimização.

Exercício Regular de Direitos

Processos judiciais.

Proteção da Vida

Atendimento emergencial.

Tutela da Saúde

Hospitais.

Clínicas.

Profissionais da saúde.

Garantia da Prevenção à Fraude e Segurança do Titular

Muito cobrado.

Exemplo

Reconhecimento biométrico em banco.

Atenção

Diferentemente dos dados pessoais comuns, **não se aplica, como regra, a base legal do legítimo interesse para dados pessoais sensíveis**. A LGPD prevê hipóteses específicas para esses dados em razão do maior potencial de impacto aos direitos do titular.

Crianças e Adolescentes (Art. 14)

O tratamento deve observar o **melhor interesse da criança e do adolescente**.

No caso de crianças, a lei estabelece, em regra, a necessidade de consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou responsável legal, ressalvadas as exceções previstas na própria LGPD.

Compartilhamento de Dados (Arts. 9º e 10)

Sempre que houver compartilhamento, o titular deve ser informado sobre:

- finalidade;
- duração;
- responsáveis;
- direitos;
- forma de tratamento.

O controlador deve demonstrar que existe uma base legal para o compartilhamento.

Revogação do Consentimento

O titular pode revogar o consentimento a qualquer momento.

Entretanto:

- a revogação não invalida tratamentos realizados anteriormente de forma lícita;
- se outra base legal justificar o tratamento, este poderá continuar.

Quadro Comparativo

Situação	Base Legal
Envio de nota fiscal	Obrigações legais
Entrega de compra	Execução de contrato
Atendimento hospitalar	Tutela da saúde
Emergência médica	Proteção da vida
Processo judicial	Exercício regular de direitos
Marketing mediante autorização	Consentimento
Consulta ao Serasa	Proteção do crédito
Prevenção à fraude em banco	Legítimo interesse (dados pessoais comuns) ou prevenção à fraude e segurança do titular (dados sensíveis, conforme o caso)
Pesquisa científica	Estudos

Erros Mais Comuns em Provas

- ☐ Afirmar que todo tratamento depende de consentimento.
 - ☐ Confundir obrigação legal com execução de contrato.
 - ☐ Aplicar legítimo interesse sem avaliar os direitos do titular.
 - ☐ Confundir proteção da vida com tutela da saúde.
 - ☐ Tratar dados sensíveis como se possuísem as mesmas bases legais dos dados pessoais comuns.
-

Mnemônico para Memorizar as Bases do Art. 7º

Uma forma prática é associar cada hipótese à sua finalidade principal:

Consentimento • Lei • Governo • Pesquisa • Contrato • Processo • Vida • Saúde • Interesse • Crédito

Repita a sequência até conseguir lembrar sem consultar a lei.

Questões de Fixação

1. Uma empresa trata dados pessoais para emitir nota fiscal. Qual é a base legal aplicável?

- a) Consentimento
- b) Legítimo interesse
- c) Obrigação legal ou regulatória

2. Um hospital acessa o prontuário de um paciente inconsciente durante um atendimento de urgência. Qual base legal justifica esse tratamento?

- a) Consentimento
 - b) Proteção da vida
 - c) Legítimo interesse
 - d) Proteção do crédito
-

3. Uma empresa deseja enviar publicidade por e-mail a pessoas que se cadastraram voluntariamente para receber promoções. Qual base legal é a mais adequada?

- a) Consentimento
 - b) Obrigação legal
 - c) Exercício regular de direitos
 - d) Pesquisa
-

4. Verdadeiro ou Falso:

() O consentimento é a única base legal prevista na LGPD para o tratamento de dados pessoais.

5. Uma instituição financeira utiliza biometria para autenticar clientes e prevenir fraudes. Qual hipótese da LGPD pode justificar esse tratamento quando envolver dados sensíveis?

- a) Legítimo interesse
 - b) Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular
 - c) Execução de contrato
 - d) Proteção do crédito
-

Dicas para Concursos

- **Memorize todas as bases legais do art. 7º** e saiba diferenciá-las por meio de exemplos práticos.
 - **Conheça as hipóteses específicas do art. 11 para dados sensíveis**, especialmente a distinção em relação aos dados pessoais comuns.
 - Em questões contextualizadas, pergunte primeiro: "**Qual é a finalidade do tratamento?**". Em seguida, identifique **qual hipótese legal autoriza essa finalidade**. Esse raciocínio costuma levar à resposta correta mesmo quando a banca apresenta situações complexas.
-

Revision #1

Created 2026-06-27 19:33:30 UTC by Ebookbyte.com

Updated 2026-06-27 19:34:14 UTC by Ebookbyte.com